IMIGRAÇÃO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL

Patricia Villen[1]

Há um déficit de pesquisas e também de dados empíricos sobre a especificidade do fenômeno da imigração feminina hoje no Brasil, em particular sobre as dinâmicas laborais nele implicadas. Como mostra Menezes (2010), esse déficit não se situa só no presente, uma vez considerada a lacuna na historiografia sobre a condição da mulher imigrante, seus projetos e estratégias autônomos. Tal perspectiva, segundo a autora, no que se refere aos estudos relacionados com a imigração, só começa a ser desenvolvida a partir dos anos 1980, em função da exigência que se afirma à época da "construção de uma história feminina"[2].

Como é sabido, tal lacuna não é uma especificidade brasileira. Diversos estudos críticos já chamaram atenção à "(in) visibilidade contínua" (Morokvasic, 2011) da mulher imigrante, principalmente do seu papel laboral no país de destino (seja na esfera da produção, seja da reprodução). A autora acusa uma "visão global da imigração como fenômeno masculino" (o traço do *gender blinded*), na qual a mulher aparece somente como "acompanhante" e "dependente passiva" do homem no projeto e na experiência imigratória (Morokvasic, 2011).

Hoje, ao contrário, passa-se, como alerta a autora, aos efeitos problemáticos de um cenário que foi revertido a outro extremo: do "boom" de estudos especializados na temática "gênero e imigração". Nesse sentido, como destaca, embora seja um assunto que "esteja na ordem do dia" nas diferentes esferas (academia, mídia, discursos políticos etc) dos países centrais, essa visibilidade oferecida à mulher imigrante continua sendo "parcial e tendenciosa" [3] (Morokvasic, 2011).

Sua crítica se refere principalmente ao "miserabilismo" que continua presente na "produção do saber" sobre a imigração feminina, reproduzindo estereótipos da mulher

---

[1] A autora é diplomada no *Master sull'Immigrazione. Fenomeni Migratori e Trasformazioni Sociali,* Universidade Ca' Foscari (Veneza). Atualmente, é doutoranda em Sociologia na UNICAMP e bolsista da CAPES.

[2] Menezes (2010) cita como "quebra do silêncio" da historiografia sobre a imigração feminina o estudo pioneiro de Rago (1984) sobre a prostituição em São Paulo (1890-1930), de análise do tráfico de mulheres brancas para o país.

[3] A expressão usada por Morokvasic para interpretar esse processo é "olhar tendencioso", que segundo a autora não só oculta nos estudos sobre a imigração a presença das famílias [ou seja, da mulher imigrante], mas igualmente a dimensão econômica da imigração feminina (Morokvasic, 2011:35). No que se refere ao continente europeu, como ressalta, essa "invisibilidade" pode ser considerada um traço característico das pesquisas sobre o tema, que só começa a ser modificado a partir dos anos 70.

imigrante como "dependente, passiva, a ser assistida" e ocultando suas "iniciativas autônomas, na vida associativa ou mesmo no empreendedorismo". Morokvasic também se opõe ao "olhar eurocêntrico" dessas pesquisas, que associa continuamente as "culturas tradicionais" das mulheres imigrantes como um fator complicador da inserção no mercado de trabalho das economias ocidentais. Por fim, também denuncia a "estigmatização moral" do processo migratório da mulher que emigra sozinha, mecanismo reproduzido por um olhar "científico" que coloca em evidência os "custos sociais da emigração da mulher" para com a sociedade de origem, decorrentes da separação da família, dos filhos etc. (Morokvasic, 2011:36-37).

Tais observações se mostram útil ao atual contexto brasileiro na fase econômica e geopolítica favorável do país, dentro do quadro de crise internacional e de recrudescimento das políticas imigratórias nos países centrais (Basso, 2010), em que o fenômeno da imigração passa de novo a ganhar peso. Tal processo desponta a exigência da "construção do saber" sobre suas características e dinâmicas, sendo que sua face feminina, mesmo se tardiamente, como mostraremos ao longo deste estudo, começa a ganhar espaço.

Nas próximas seções, buscamos articular os estudos produzidos em âmbito nacional e internacional para expormos uma interpretação do quadro imigração e divisão sexual do trabalho no Brasil, dando destaque às aberturas analíticas a serem exploradas na perspectiva que percebe uma inserção polarizada (Sassen, 2011)[4] da força de trabalho imigrante no mercado de trabalho brasileiro (Villen, 2014) em sua relação com a divisão internacional do trabalho (Basso, 2003). O recorte analítico olha para o País como um todo, porém privilegia o Estado de São Paulo (principal polo de atração de imigrantes internacionais) a partir do marco temporal da emergência da crise econômica mundial em 2007, que acompanha um aumento significativo nas entradas de imigrantes. Foram utilizados dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como de pesquisas acadêmicas produzidas no Estado de São Paulo. Além de apontar elementos que precisam ser considerados para melhor compreensão do fenômeno da imigração feminina no Brasil, procurou-se indicar instrumentos teóricos-analíticos que chamam atenção para as "marcas sexuais", do passado e

[4] Refere-se à perspectiva analítica de Sassen para entender a fase atual de mobilidade internacional da força de trabalho, influenciada fortemente pelo espaço transnacional de circulação de capital e por políticas que o tornam viável. A autora identifica uma *configuração polarizada* da demanda da força de trabalho do imigrante internacional enquanto tendência característica dos *novos circuitos de migração em escala global,* dinâmicos e multilocais. Tal constatação se embasa na convivência e na complementariedade de fluxos de "profissionais transnacionais de alto nível" com os de "trabalhadores com salários baixos, frequentemente representados por mulheres provenientes do Sul global" (Sassen, 2011:142). Para a constatação desse desenho polarizado na inserção de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro ver (Villen, 2014).

presente, no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, que ganham força a partir do fenômeno da imigração.

A divisão internacional e sexual do trabalho

A análise da inserção laboral das mulheres imigrantes na atual contexto brasileiro passa pela compreensão das condicionantes da divisão sexual de trabalho, que agem em escala global e são sedimentadas historicamente no mercado de trabalho.

Nos países centrais, onde a questão da feminização do fenômeno foi constatada desde os anos 1970[5], a ligação entre migração feminina – principalmente a proveniente de países periféricos do Sul e do Leste (no caso europeu) – e a precarização do trabalho já foi largamente documentada e analisada por diversos estudos críticos (Sassen, 2006; Chiaretti, 2005; Ehrenreich e Hochschild; 2003; Campani, 2002), que também colocaram em evidência as formas de violência contra a imigrante (Falquet, 2006).

Esses estudos iluminam a alta concentração da força de trabalho da imigrante no setor doméstico e em trabalhos informais (principalmente no caso das indocumentadas); em empregos precários com baixos salários, horários flexíveis, a tempo parcial ou temporário, além das mais altas taxas de desemprego enfrentadas por essas mulheres (Ayres e Barder, 2006). Esses fatores se somam às modalidades de trabalho análogas à escravidão e o fenômeno da prostituição e tráfico de mulheres.

São diferentes os ângulos utilizados por esses estudos para o tratamento do tema. Sassen (2006), por exemplo, dá destaque à necessidade de se olhar para a desigualdade crescente na estrutura social das "cidades globais", bem como para as dinâmicas da fase atual da divisão internacional do trabalho. Neste sentido, apoia-se nos estudos de Ehrenreich e Hochschild (2003) sobre a explosão da "cadeia global do trabalho de cuidado" (*global care channel*) e chama atenção à "reemergência de uma classe de serviçais nos bairros ricos e nas famílias de renda alta" nos Estados Unidos (Sassen, 2006:77). Para essa autora, "a imagem de uma mulher imigrante servindo a mulher branca, de classe média, substituiu – pelo menos no sul dos Estados Unidos – aquela da serva negra trabalhando nos séculos passados para um senhor branco" (Sassen, 2006:77).

Hirata e Kergoat nos alertam que a análise da explosão do "care externalizado" nos países centrais passa pela compreensão da sua organização pela utilização dos três elementos

[5] O texto clássico de referência dessa discussão é de Morokvasic (1984).

inerentes a esse trabalho: as mulheres, as imigrantes, de classes subalternas. Como chamam atenção, o beneficiário desse sistema é em primeiro lugar o capital globalizado que maximiza seus lucros com o trabalho das imigrantes e, desse modo, acentua a estrutura sexuada e classista do mercado de trabalho (Hirata e Kergoat, 2007).

Da mesma opinião é a socióloga Chiaretti (2005), que analisou de forma exaustiva, a partir do contexto italiano, a natureza da modalidade mais difundida das atividades laborais "fechadas nas paredes domésticas" (Op. cit.:171), exercidas pelas imigrantes (*badanti*), como cuidadoras e domésticas. Segundo a autora, essa posição foi "atribuída à força de trabalho feminina pelo mercado mundial" e implica um trabalho muito exposto ao arbítrio do empregador (pela total dependência do emprego para poder se manter no país de destino e ajudar a família no país de origem), com cargas intensivas de dispêndio de energia física e emocional, com "tempo totalizante" de trabalho (tendo em vista que muitas vezes as imigrantes moram na casa do empregador e não há separação das horas de repouso daquelas de trabalho), além do peso de ter que cuidar de duas famílias, a do próprio emprego, bem como, à distância, a de origem (Op. cit.: 171-173).

Trata-se, segundo a socióloga, de uma situação que combina "mal estar no trabalho e nas relações sociais" pelo isolamento imposto da natureza do trabalho doméstico e da condição da imigrante dentro da categoria de "trabalhadores de segunda classe, porque mulheres e quase sempre indocumentadas" (Op. cit.: 172). Como ressalta, esse trabalho doméstico exige, em contrapartida, um esforço enorme de diversas formas de "enfrentamentos e resistências cotidianas" para poder suportar a atividade laboral e a permanência no país de destino, muitas vezes longe dos próprios filhos.

Outras investigações (Campani, 2002; Lutz, 2008) sobre a experiência laboral das imigrantes na Europa iluminam, enquanto elemento explicativo de fundo, o processo de desmantelamento do sistema do *Welfare* nesses territórios e o concomitante aumento da demanda dessa força de trabalho feminina.

Helma Lutz, por exemplo, colocou em evidência que, ao mesmo tempo em que há uma forte tendência à "reprivatização" (Lutz, 2008) desses serviços[6], – antes em grande parte cobertos pelo *Welfare* – por meio da "externalização *in loco*" do trabalho doméstico e de

[6] A estrutura de serviços antes cobertos pelo Estado nos países centrais – como creches, escolas a tempo integral, asilos para idosos – exercia um papel fundamental enquanto suporte para as mulheres poderem participar do mercado de trabalho. Esses serviços públicos, segundo Lutz, hoje estão voltando para esfera privada e com isso gerando um impacto nas relações de gênero. As famílias com poder aquisitivo em grande parte recorrem ao serviço da imigrante, ao passo que aquelas nas quais tal gasto é inacessível, geralmente a mulher reassume as tarefas domésticas e de cuidado dos filhos e parentes. Por isso, a autora utiliza o termo "reprivatização" desses serviços e também chama atenção à dimensão sexuada e racializada desse processo (Lutz, 2008).

cuidado das imigrantes, não há nenhum reconhecimento pelos Estados e pelas sociedades europeias da larga demanda desse serviço pelas famílias, o que comporta uma forma juridicamente desprotegida, desvalorizada e explorada de trabalho.

Para Falquet (2006), uma análise aprofundada da evolução do divisão sexual e internacional do trabalho no contexto neoliberal deve levar em consideração a dimensão patriarcal, capitalista e racista de exploração, bem como de opressão da mulher. Neste sentido, falar de expansão e desenvolvimento do sistema capitalista significa levar em consideração a dimensão não só de exploração do trabalho da mulher, mas também de um sistema de diferenciadas formas de apropriação: do seu corpo, da sua mobilidade, etc (Falquet, 2006). Essa opressão é bastante clara, como mostra a autora, nas formas de combate à prostituição nos países centrais que acabam por significar o cerceamento da mobilidade feminina[7].

Trata-se de um sistema, segundo a autora, que impõe "novas coerções da divisão sexual, social e internacional do trabalho" (Falquet, 2006) e reforça, em diferentes modos, seja nos países centrais como periféricos, a "violência comum contra as mulheres", uma vez que coloca em contato homens e mulheres, no caso as imigrantes do Sul e do Leste, em condições desiguais e de "dependência" imposta (Falquet, 2008).

Essa dependência imposta, além de se relacionar com o universo laboral, também se fortifica pelos "traços patriarcais" das leis de imigração que colocam o núcleo familiar ou conjugal como base para concessão de direitos, como mostra a análise de Lessier (2003) sobre a legislação francesa. A autora ressalta esse aspecto legislativo como centro de gravitação para concessão de direitos aos imigrantes após o marco, nos anos 1970, de fechamento das fronteiras na Europa.[8]

As leis imigratórias, como explica, mesmo se declaradas "juridicamente neutras", na realidade material e ideológica produzem inúmeros efeitos negativos para mulher imigrante. Neste sentido, chama atenção ao requisito do vínculo conjugal para concessão e manutenção dos direitos de permanência nos países centrais (união familiar) enquanto única forma de entrada regular no território. Tal situação, como ressalta, é "propícia", e muitas vezes provoca (veja a estratégia de casamento para conseguir o visto) o abuso do poder masculino - por meio de chantagens, exploração sexual, violência (moral, física e sexual), escravidão doméstica (Lessier, 2003).

---

[7]Consultar Casas, 2006.

[8] No que se refere aos países europeus, a principal forma de conseguir um visto após esse marco passou a ser a reunificação familiar. Consultar Campani (2002).

Quanto às características da imigração feminina para inserção em postos de trabalho mais protegidos e que exigem títulos de qualificação ou experiência laboral em áreas específicas é interessante refletirmos sobre o caso do Canadá, país conhecido pelo protagonismo em políticas para atração de imigrantes com perfil qualificado. Segundo Preston e D'Addario, apesar da existência de uma "política atual que favoreça a entrada de imigrantes [mulheres] qualificadas", tal fato não "assegura" a inserção no mercado de trabalho qualificado do país (Preston e D'Addario, 2009:161).

A análise das autoras acusa o fenômeno do rebaixamento da qualificação da mulher imigrante: "muitas dessas mulheres são superqualificadas e mal remuneradas para o emprego que exercem" (Op. cit.: 143). Apesar da existência de um "quadro bifurcado" (Op. cit.:144) da imigração feminina para o Canadá, com a presença de um fluxo de alta e baixa qualificação, em regra, para essas autoras, o trabalho da mulher imigrante, principalmente o da não-branca e recém-chegada, é marcado pela precariedade, mal remuneração, desemprego.

Além disso, Oliver (2009), ao analisar o caso europeu, chamou atenção ao fato de que a mobilidade de profissionais qualificados, tanto para homens quanto para mulheres, nem sempre é uma escolha, podendo ser um "imperativo", para conseguir a estabilização[9] e/ou promoção na carreira, que traz particulares desvantagens para as mulheres. Ocorre que a imposição da mobilidade, em muitos casos, impede a continuidade ou promoção no emprego, bem como torna determinadas carreiras não atrativas para as mulheres em razão do desafio – historicamente delegado em maior grau para elas – de conciliar a mobilidade com a vida familiar – como a coabitação, casamento, filhos (Oliver, 2009).

Neste sentido, segundo a autora, pode-se falar em um "impacto de gênero" do imperativo da mobilidade pelo mercado de trabalho. Oliver faz alusão aos setores da economia que hoje demandam uma alta mobilidade internacional (acadêmico, científico, engenharia, tecnologia) como áreas que permitem mais precisamente a circulação de uma "elite predominantemente masculina", tanto dos países centrais, como dos periféricos (Oliver, 2009).

Essa constatação também é confirmada por Roulleau-Berger, ao ressaltar que "poucas mulheres em migração têm acesso a cargos prestigiosos", ou seja, seu estudo mostra que "a realidade complexa dos mercados de trabalho situa as mulheres em migração na margem [de seu funcionamento]" (Roulleau-Berger, 2010:156).

---

[9] A autora refere-se à experiência da mobilidade como recurso para superar as formas de contratos de trabalho a tempo determinado.

Na França, a regra também é, segundo a autora, o rebaixamento da qualificação[10] e salários (Op. cit.,157), além do fato de que os diplomas e o nível de estudos protegem pouco as mulheres imigrantes do desemprego (Op. cit.:83). Contudo, isso não significa que essas mulheres não estejam participando da construção de espaços econômicos transnacionais (nos setores da indústria, turismo, moda, arte), que hoje exercem uma papel central para as novas formas de acumulação (Op. cit.:169).

O desequilíbrio de gênero no polo dos trabalhos qualificados

O sistema de importação de força de trabalho qualificada não é um fenômeno restrito ao contexto brasileiro, tendo em vista que hoje se manifesta com força em muitos países, principalmente nos centrais[11]. Como ressaltam Aragonés e Salgado, trata-se de um tipo de imigração que responde a novas exigências da reestruturação produtiva e seus padrões tecnológicos. A demanda por imigrantes qualificados e especializados para trabalhar em setores específicos, além de se revelar uma face da precarização do trabalho[12], é também um elemento vital dessas economias para manutenção da produtividade e da concorrência em escala mundial, para redução dos custos laborais e a geração de novos conhecimentos (Aragonés e Salgado, 2011).

Essa modalidade de imigração qualificada também se manifesta no Brasil (Villen, 2014) se dá principalmente por circuitos legalizados e de entrada facilitada para atuação em diversos setores de peso da economia nacional, no âmbito privado e público (contratação direta de médicos e professores ou indireta por empresas terceirizadas) sendo representada oficialmente como um produto da forte seletividade do mercado de trabalho, bem como das diretrizes da política nacional de desenvolvimento, principalmente para suprir a "falta" de profissionais qualificados no país (Villen, no prelo).

---

[10] Essa tendência também se verifica, segundo Campani, na Itália. A socióloga explica a situação de "bloqueio" de acesso a empregos, principalmente os qualificados, enfrentado pelas mulheres imigrantes nesse contexto (Campani, 2011).

[11] Há muitos estudos produzidos sobre esse fenômeno nos países centrais como o de Alarcón (2000) e Martin (2006). Esse tema foi, no entanto, pouco investigado nos países da periferia, como o Brasil.

[12] Não por acaso, em relação ao contexto Norte Americano, alguns autores se referem a tais profissionais como *cerebreros* ou *tecno braceros* para evidenciar alguns traços de exploração do trabalho qualificado, por meio do sistema de importação, semelhante ao sistema de recrutamento, principalmente de mexicanos, utilizado desde a metade do século XX para suprir a demanda de trabalho na agricultura (Alarcón, 2000). Sobre a tendência à organização política dessa imigração qualificada com base no limite do tempo de permanência, ou seja, a temporalidade dos "guest worker programs", programas para trabalhadores hóspedes, inspirados no sistema alemão, consultar Martin (2006).

Petróleo, gás e energia; tecnologia da informação; logística; construção civil; infraestrutura; análise de sistemas; finanças; serviços públicos de saúde e educação são alguns dos setores que mais reclamam a falta de profissionais qualificados. Os grandes eventos esportivos que se darão em breve no país também servem de álibi à previsão muito próxima de um "colapso produtivo" por falta de força de trabalho qualificada (Villen, 2012).

Há uma modalidade de divisão sexual do trabalho expressa hoje nesse circuito pela disparidade da composição de gênero nos fluxos de entrada legalizados e com perfil qualificado que podem ser verificados nas autorizações de trabalho concedidas à estrangeiros pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No período posterior à eclosão da crise, principalmente de 2009 a 2013, como mostra a tabela 1 abaixo, o percentual de autorizações de trabalho para mulheres imigrantes ficou em torno de somente 10%.

Tabela 1: Relação de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros por gênero (atualizada até 30.09.13)

Gênero	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Masculino	50291	62087	60807	45105
Feminino	5180	6990	6413	4983
Total geral	55471	69077	67220	50088

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Base Estatística – CNIg)

Até o momento, não tivemos acesso a pesquisas que exploram esse desequilíbrio, análise essa que exigiria um estudo de natureza também empírica para investigar o perfil e as condições de trabalho desse baixo percentual de mulheres imigrantes qualificadas no mercado de trabalho brasileiro, os setores de atração dessa força de trabalho, os diferenciais de salário, o processo de reconhecimento das qualificações e competências, as possibilidades de promoção na carreira.

No entanto, é válido ressaltar que o baixo percentual de mulheres dentro do circuito legalizado de imigração remete à discussão da "polarização das qualificações" (Hirata, 2002b) enquanto marca característica da divisão sexual do trabalho. Essa questão foi desenvolvida por Hirata que, partindo do princípio de que a "qualificação" é um conceito questionável[13], mostra como o funcionamento do mercado de trabalho é marcado por uma

[13] Hirata cita neste estudo a crítica de Kergoat à noção de qualificação, situando-a como uma relação entre capital e trabalho, portanto historicamente determinada. É preciso também ter claro o que a autora chama atenção: mulheres e homens se beneficiam desigualmente dos processos de requalificação (Hirata, 2002b). Para uma síntese da discussão sobre os paradigmas da noção de qualificação na sociologia do trabalho, sobre os diferentes sentidos que o termo assume a partir de concepções ligadas a contextos específicos de organização e relações de trabalho, bem como sua ação enquanto marca sexuada do funcionamento do mercado de trabalho, consultar respectivamente Dubar (1999) e Hirata, (2002).

segregação horizontal, determinante do acesso desigual das mulheres aos empregos, bem como *uma segregação vertical*, ilustrativa de como as mulheres são minorias nos cargos mais valorizados, com maior poder decisório, em atividades mais qualificadas que envolvem o manejo de tecnologias, melhor remuneração e possibilidade de ascensão na carreira (Hirata, 2002b).

Segundo Hirata, a qualificação hoje pode ser considerada um indicador da situação da mulher no mercado de trabalho, marcada pela precariedade e pelo desemprego, ou seja, "uma marca da divisão sexual da precariedade", já que recebem salários mais baixos e são mais numerosas do que os homens, tanto no trabalho informal, quanto no trabalho a tempo parcial ou temporário. O que está em jogo, como explica Hirata, é o número inferior de horas trabalhadas e os níveis mais baixos de salários na escala de qualificação. (Hirata, 2009: 3).

Se nos perguntamos sobre essa marca sexual no funcionamento mercado de trabalho brasileiro[14], verificamos que também é plenamente ativa. No que se refere às desvantagens enfrentadas pela mulher para atuação no mercado de trabalho qualificado no Brasil, podemos verificar um quadro geral da questão no estudo de Caccimali e Tatei (2013).

A partir dessas considerações é possível afirmar que a "marca sexual da polarização das qualificações" (Hirata, 2002b) atuante no mercado de trabalho brasileiro, hoje, está sendo reforçada pela imigração internacional. Mas se não é por esse circuito legalizado, o que explica a alta representação feminina nos fluxos imigratórios recentes para o Brasil, em consonância com seu reflexo em escala internacional?

Imigração periférica feminina nos empregos precários

No Brasil, diferentemente do que ocorre nas economias centrais e mesmo em países vizinhos como a Argentina e o Chile (Maguid, 2003; Araujo et. al., 2002)[15], até o momento, a demanda mais significativa da força de trabalho de mulheres imigrantes não se concentrou no setor de serviço doméstico e de cuidado, mas na indústria têxtil.

A face feminina da imigração que se insere no polo de atividades laborais precárias (Villen, 2014), igualmente à sua componente qualificada, recebeu pouca atenção

---

[15] Segundo Maguid as imigrantes fronteiriças que trabalham em Buenos Aires estão em primeiro lugar concentradas no serviço doméstico, depois no comércio ambulante e outros serviços de limpeza extradomésticos. A autora também ressalva que as desigualdades de gênero são transversais a todos níveis de qualificação das mulheres imigrantes (Maguid, 2003:274).

investigativa no Brasil [16]. Todavia, muito provavelmente em razão da sua maior representatividade numérica, essa lacuna não chega a ser tão acentuada quanto a do perfil qualificado.

Em primeiro lugar, é necessário delimitar a natureza diferenciada da modalidade de imigração em que essas mulheres se inserem. Com acesso restrito a empregos qualificados ou que oferecem melhores remunerações e condições de trabalho, essa modalidade de imigração relaciona-se com os fluxos responsáveis pelos maiores aumentos em números absolutos das entradas no Brasil nas últimas três décadas (Baeninger, 2013). Enfrentando barreiras burocráticas menos flexíveis para obtenção do visto e da autorização para exercício de atividades laborais, essa modalidade envolve outro perfil de imigrantes, não necessariamente em situação indocumentada – possuindo ou não título universitário e/ou experiências de trabalho também qualificadas[17]. Em regra, são imigrantes e refugiados provenientes de países periféricos[18] da América Latina, África e Ásia[19].

No atual contexto de aumento das migrações em escala mundial, como explica o sociólogo Basso (2010), essa classe de trabalhadores em geral provenientes de países periféricos, componente dos principais fluxos nas últimas décadas para as economias centrais, ocupa o lugar de "protótipo da força de trabalho flexível" – sujeita a todas as formas de exploração, piores horários, ritmos pesados, péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Uma precariedade que se prolonga, como ressalta, na condição de vida do imigrante (habitação, educação, serviços de saúde).

Um estudo que contribui para o mapeamento da questão do gênero, imigração e trabalho no Brasil foi desenvolvido por Rezera (2012). Trata-se de uma análise sobre a inserção laboral das bolivianas atualmente na cidade de São Paulo. Com o fim de colher o

---

[16] O estudo de Peres (2009) foi pioneiro em aplicar o instrumental teórico feminista para investigação da especificidade feminina na imigração fronteiriça de bolivianas para Corumbá, porém essa pesquisa não se propõe a estudar especificamente as relações de trabalho. Segundo Peres, esse fluxo é antigo, sempre com uma alta representatividade feminina, sofrendo um aumento significativo nos últimos 30 anos, em particular a partir do ano 2000. Segundo a autora, essa imigração feminina possui um perfil etário mais envelhecido (na faixa dos 30 anos), com baixa escolaridade (ensino fundamental completo) e se insere em atividades laborais na maioria dos casos informais, principalmente no comércio e no setor de serviços.

[17] Há muitos casos de imigrantes periféricos que, embora possuam títulos universitários ou técnicos, só conseguem se inserir em postos que não exigem qualificação. Do mesmo modo, muitas das atividades laborais que desenvolvem, por exemplo, na costura e no trabalho doméstico, requerem muitos conhecimentos, apesar de não serem reconhecidos pelo mercado de trabalho enquanto parâmetros de "qualificação" e melhores salários.

[18] Sem considerar os dados referentes ao refúgio que abrangem diversificadas nacionalidades, os países mais representativos dessa modalidade de imigração são Bolívia , Paraguai, Peru e Haiti. No caso do Haiti, há fluxos dentro do circuito indocumentado e de vistos de caráter "humanitário", categoria criada especificamente para cidadãos haitianos após o terremoto de 2010, que fez convergir a necessidade desses imigrantes saírem do país para melhorarem suas condições de vida com a demanda de força de trabalho pelo mercado brasileiro.

[19]Sylvain e Fusco destacaram como as migrações intrarregionais na América do Sul adquirem tendencialmente maior importância em números do que as migrações transoceânicas (Shouchaud et. al, 2008).

peso da presença feminina na imigração dirigida à inserção em postos de trabalhos precários, a autora analisou as fichas cadastrais preenchidas pelos imigrantes na Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo para o auxílio no preenchimento do pedido da anistia de 2009.

Segundo Rezera (2012), 43% dos pedidos eram de mulheres, com 20 a 30 anos de idade, prevalentemente com baixa escolarização, com inserção laboral prevalentemente em atividades de costura para indústria têxtil, sendo a nacionalidade boliviana a mais representativa. Na decisão de imigrar para o Brasil, segundo a autora, o trabalho e a necessidade/vontade de obter uma renda para si e para família são as motivações mais invocadas pelas bolivianas.

O mapeamento das condições de trabalho para as mulheres bolivianas realizado ela autora vem ao encontro de diversos estudos sobre a inserção laboral de imigrantes na indústria têxtil (Silva, 2012, Rezera, 2010; Freitas, 2009; Silva, 2008; Azevedo, 2005), realizados entre 2005 e 2013, demonstrando como condições muito precárias se sobrepõem enquanto tendência em São Paulo: jornadas de 12 a 18 horas, um padrão de remuneração pelo salário por peça (R$0,15 a R$4 a peça)[20] condicionado à produtividade do trabalhador e à demanda do mercado[21]; empregos altamente marcados pela informalidade e a rotatividade, fábricas-dormitório, espaços pequenos com concentração de máquinas de costura e de trabalhadores; muito barulho, pouco ar e iluminação. Logo, um conjunto de condições precárias de trabalho e de vida que são ainda mais agravadas pela situação indocumentada.

Os depoimentos das imigrantes entrevistadas por Rezera (2012) apontam situações vividas de preconceito na sociedade brasileira pelas mulheres bolivianas, contudo, os aspectos mais problemáticos parecem se relacionar com as longas jornadas de trabalho seus ritmos intensos: “é só trabalhar e trabalhar, só isso” (Rezera, 2012:5), revela uma de suas entrevistadas.

Por essa atividade concentrar majoritariamente imigrantes de nacionalidade boliviana, muitas vezes na condição de empregadores, a divisão sexual do trabalho é tratada pela autora mais em função das condicionantes “culturais patriarcais” e da “vulnerabilidade socioeconômica” vividas pelas bolivianas na sociedade de origem, em detrimento da relação

---

[20] Esses estudos também mostram a gritante diferença do preço por peça produzida e o vendido nas lojas consumidoras dessa força de trabalho.

[21] O salário por peça implica em enormes vantagens produtivas para o empregador em detrimento de inúmeras desvantagens ao trabalhador, em particular pela imposição de ritmos intensos de trabalho para garantir o ganho de uma quantia decente no final do mês (tendo em vista que se recebe segundo o que se produz) e pela concorrência fomentada entre os próprios trabalhadores para superar patamares de produção. Trata-se de um sistema que impõe a disciplina de trabalho por meios indiretos, mas muito eficazes, como, por exemplo, a ilusão de não ter patrão e de ser responsável pelo próprio ganho (a partir da produtividade) ou, o que é ainda mais grave, do trabalhador ser livre para controlar seu tempo de trabalho.

com a divisão sexual do trabalho relativa ao próprio funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e sua ligação com a cadeia nacional e global da moda[22].

Até momento, não tivemos contato com um estudo que, em sentido contrário dessa perspectiva, ofereça uma análise aprofundada dos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e seu apoio na divisão sexual do trabalho enquanto principal condicionante da inserção laboral da imigrante. No entanto, consideramos essa perspectiva de fundamental importância para o avanço da compreensão do desenvolvimento do fenômeno no Brasil. Tendo em vista que a indústria têxtil é o principal polo de atração dessa força de trabalho no Brasil, para identificarmos as condicionantes das relações sexuadas de trabalho implicadas nesse setor, muitas vezes imbricado com cadeias produtivas globais da moda, podemos nos apoiar no estudo de Araujo e Amorin (2002).

A análise sociológica das autoras sobre o funcionamento da indústria têxtil na região de Campinas se mostra útil para apreendermos como a reestruturação pela "fragmentação da produção" desse setor no Brasil comporta muitos aspectos de precarização e desregulamentação do trabalho, mudanças que atingem de forma particular as mulheres. São diversos os elementos levantados pelas autoras que comprovam a "permanência e reforço" da divisão sexual do trabalho nessa indústria. Além de constatarem o emprego majoritário das mulheres nesse setor, também apontam sua concentração nas faixas salariais mais baixas e nas empresas de menor porte (pequenas oficinas, subcontratadas ou no trabalho a domicílio), que não passaram por um processo de modernização tecnológica (as empresas com maquinário mais modernos tendem a empregar mais homens, segundo as autoras). Por fim também mostram que o "enxugamento" da força de trabalho, aplicado pelo setor na década de 1990, atingiu mais as mulheres, que foram demitidas em maior proporção que os homens.

Se igualmente, fizermos um salto histórico no passado da imigração na cidade de São Paulo, percebemos que a divisão sexual do trabalho na indústria têxtil apoiada na força de trabalho das imigrantes funciona desde longa data. A pesquisa de Matos (2002) expõe de forma aprofundada o perfil do operariado, tanto fabril quanto domiciliar, da indústria de juta em São Paulo no final do século XIX e início do XX, onde a maior parte dos trabalhadores eram de origem estrangeira, com alta concentração de mulheres (principalmente de origem portuguesa). Enquanto "as atividades que requeriam maior especialização, esforço físico ou

[22] A questão trabalho e gênero é equacionada pela autora a partir dos fatores de expulsão (de desequilíbrios socioeconômicos) e das relações de gênero do próprio contexto boliviano para mostrar o peso que exercem na inserção da mulher boliviana no mercado de trabalho da cidade de São Paulo, principalmente da indústria têxtil. Por exemplo, o peso de contextos de desintegração familiar, relações de violência familiar, a marginalização das mulheres bolivianas no acesso à terra, as leis patriarcais para o controle de recursos, o acesso restrito à educação, os níveis salariais mais baixos (Rezera, 2012).

práticas de mando (93,56%) eram exercidas por homens-adultos", as qualificações femininas não eram nem reconhecidas, nem valorizadas, sendo as mulheres empregadas somente em funções consideradas "compatíveis com a natureza feminina" e "já presentes no universo doméstico", ou seja, aquelas que reafirmavam seu "lugar subordinado na instituição familiar" (Matos, 2002:70).

Do mesmo modo, se nos transferirmos para a atualidade, a melhor compreensão das atividades laborais das imigrantes nesses setores deve também levar em consideração o espaço da reprodução. Isso engloba tanto a análise das dinâmicas de gênero (relacionadas com processo imigratório) no âmbito familiar e as atividades laborais exercidas pelas imigrantes na sociedade de destino, quanto o trabalho feminino no espaço doméstico.

Como já amplamente difundido nos países centrais, o mercado privado subterrâneo e íntimo (Ehrenreich e Hochschild, 2003) do trabalho doméstico e de cuidado preenchido pelas imigrantes de países periféricos, por ser "clandestino" e sem o reconhecimento dos direitos da trabalhadora, está se consolidando cada vez mais nesses territórios. A utilização da força de trabalho de mulheres imigrantes fronteiriças, não necessariamente indocumentadas, como já mencionado, é também um fenômeno que ocorre desde algumas décadas na Argentina, Maguid (2003)[23], e também no Chile (Araujo et. al., 2002).

Mesmo se ainda é cedo para afirmarmos que o perfil da imigração feminina no Brasil se identificará com o trabalho doméstico e de cuidado, o que não acontece ainda, se mostra de urgente a realização de pesquisas que investiguem as atividades laborais domésticas das imigrantes no Brasil. A pesquisa de Dutra (2012) foi pioneira na investigação do tema e nos oferece elementos significativos para o entendimento das condicionantes do trabalho doméstico de mulheres imigrantes, no caso, peruanas na cidade de Brasília.

Sobretudo depois do alarme aterrorizante construído pela mídia que acompanhou a aprovação (abril/2013) da PEC 66/2012, estabelecendo tardiamente a igualdade de direitos trabalhistas para as domésticas em relação aos trabalhadores urbanos e rurais. Esse discurso alarmante, tanto da ameaça de desemprego para as doméstica, quanto da impossibilidade de acesso das famílias de classe média a esse serviço (em razão dos custos mais elevados que envolve esse reconhecimento jurídico) está plenamente ativo hoje no Brasil. Por ser um trabalho tipicamente feminino – que envolve cerca de 7 milhões de trabalhadoras no país (2014) –, portanto materialmente e culturalmente difundido (desde a herança do sistema

[23] Segundo Maguid as imigrantes fronteiriças que trabalham em Buenos Aires concentram-se em primeiro lugar no serviço doméstico, depois no comercio ambulante e outros serviços de limpeza extradomésticos. A autora também ressalva que as desigualdades de gênero são transversais a todos níveis de qualificação das mulheres imigrantes (Maguid, 2003: 274).

escravagista), a solução utilizada pelo mercado para rebaixar os custos desse serviço, além da terceirização, pode muito bem ser a importação da força de trabalho, principalmente indocumentada, das mulheres imigrantes.

Por fim, para se obter um quadro mais completo da inserção da mulher imigrante, hoje, no mercado de trabalho brasileiro, também é preciso agir na lacuna de estudos sobre o fenômeno contemporâneo da prostituição das mulheres imigrantes, que pode ser acompanhado do tráfico de humanos.

Conclusão

O desenho geral, possível de ser identificado a partir da perspectiva que percebe a demanda polarizada de trabalho imigrante no Brasil, aponta a baixa representatividade da imigração feminina com perfil qualificado no circuito oficial de autorizações de trabalho concedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em contraposição à sua alta composição no polo de empregos precários, tendência já destacada por diversos estudos supracitados enquanto fenômeno amplo e generalizado para a face feminina da mobilidade internacional do trabalho em escala global.

No sistema neoliberal, o aumento da imigração, principalmente a feminina (Hirata, 2009), representa um movimento combinado com o processo generalizado de precarização do mundo do trabalho em escala nacional e global (Antunes, 2013). Além disso, o tratamento restritivo pelos Estados da circulação de imigrantes (Basso, 2010) – atualmente bastante atuante nos países centrais e com reflexos também naqueles periféricos –, é um fator decisivo, como mostrou Falquet (2006), para formação de mercados de trabalho transnacionais e subterrâneos com efeitos particularmente prejudiciais para as mulheres.

A mulher imigrante, no Brasil é marcada pelas condicionantes do trabalho precário, em grande parte informal, além daquelas relacionadas à condição de imigrante, que muitas vezes conjuga fatores de vulnerabilidade (econômica, de acesso a direitos, não conhecimento da língua, ausência de vínculos sociais na sociedade de destino etc). Essa constatação vem ao encontro da ligação entre migração feminina e a “marca sexual da precarização do trabalho” (Hirata, 2009) e se insere na discussão do entendimento de como a condição da mulher imigrante se reflete nas três formas canônicas de manifestação das relações de sexo – exploração, dominação, opressão (Kergoat, 2012) – levando em consideração a dimensão “da raça e do sexo” na divisão internacional do trabalho (Guillaumin, 1992).

Sem deixar de considerar os elementos que podem contar para uma transformação e melhora das condições de vida da mulher imigrante e do "governo delas mesmas" (Roulleau-Berger, 2010) a partir de suas inciativas e protagonismo no processo de imigração, a consideração dessas condicionantes é de enorme importância para a discussão da condição da mulher imigrante, tanto no trabalho, quanto na família ou nas relações sociais como um todo. Não se trata de "vitimizar" essas mulheres ou construir sua visibilidade a partir da "miséria" ou da "passividade" (Morokvasic, 2011), mas sim reconhecer que uma maior "vulnerabilidade objetiva e subjetiva" da condição de imigrante comporta um maior risco da imposição de condições precárias de trabalho, de serem vítima de violência ou "receberem uma carga de agressividade", como ressalta Falquet (2006).

É principalmente a partir das condicionantes da divisão sexual de trabalho que agem em escala global e são sedimentadas historicamente no mercado de trabalho brasileiro, também a partir da utilização da força de trabalho do imigrante, tomando novas formas na atual fase da restruturação produtiva e da divisão internacional do trabalho, que devemos analisar a inserção laboral das mulheres imigrantes na atualidade do País. Essa observação vale para o setor têxtil e todos os outros que também absorvem, ou começam a absorver, essa força de trabalho, imigrante e feminina.

Bibliografia:

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, A. (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II,* São Paulo, Boitempo, 2013.

ARAGONÉS, A. M.; SALGADO, U. "Mercado de trabajo en la economía del conocimento y el fenómeno migratório: El caso de Estados Unidos (1990-2006)". In: ARAGONÉS, A. M. (Org.). *Mercado de Trabajo y migración internacional.* México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.

ARAÚJO, A.; AMORIM, E. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. Cad. Pagu, n. 17-18, Campinas, 2002, p.1-16.

ARAUJO, K.; LEGUA, M. C.; OSSANDÓN, L. *Migrantes andinas en Chile:* el caso de la migración peruana. Santiago de Chile: Fundación Instituto de la Mujer, 2002.

AZEVEDO, Flávio A. G. A presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia. Dissertação (Mestrado) - PROLAM (Universidade de São Paulo), São Paulo, 2005.

AYRES, R., BARDER, T. *Statistical analysis of female migration and labour market integration in the EU*, WP3 Working Paper, Oxford, Oxford Brookes University, 2006, p. 1-37.

BAENINGER, R. (Org.). *Altas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo.* Campinas: UNICAMP/NEPO, 2013.

BASSO, P. Ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, Pietro (Org.). *Razzismo di Stato.* Milano: Franco Angeli, 2010.

____. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migartorie. In: BASSO, Pietro & PEROCCO, Fabio (Orgs.). *Gli immigrati in Europa:* Diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: Franco Angeli, 2003.

CACCIAMALI, M.C.; TATEI, F. Género y salários de la fuerza de trabajo calificada en Brasil y Mexico. Revista problemas del desarollo, 172 (44), enero-marzo, 2013, p.53-79.

CAMPANI, G. Les femmes immigrées dans une société bloquée: parcours individuels et organisations collectives en Italie. Cahiers du Genre, n. 51, 2011, p. 49-67.

_____. *Genere, etnia e classe*: migrazioni al femminile, tra esclusione e identità. Pisa: ETS, 2002.

CHIARETTI, G. Badanti: mal da lavoro, mal da rapporti sociali, fronteggiamenti. In: CHIARETTI, G. (a cura di), *C'è posto per la salute nel nuovo mercato del lavoro?* Milano: Angeli, 2005.

DUTRA, D. Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2012.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R., *Global Woman. Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy.* New York: Metropolitan Books, 2003.

FALQUET, J. "Hommes en armes et femmes 'de service': tendances néolibérales dans l'évolution de la division sexuelle et internationale du travail". Cahiers du Genre, n. 40, 2006.

FREITAS, P, T. Imigração e experiência social: o circuito de subcontrataçãoo transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GUILLAUMIN, C. *Sexe, race et pratique du pouvoir*: L'idée de nature. Paris: Coté-femmes,1992.

HIRATA, H. "A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho", Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun., 2009, p. 24-41.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho:* um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002a.

_____. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: Ferretti, C. J. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2002b.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 32, set./dez., 2007, p.595-609.

KERGOAT, D. *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012.

LESSIER, C. Femmes migrantes en France: Le genre et la loi. In: HERSENT, M.; ZAIDMAN, C. *Genre, travail et migration en Europe.* Paris: Université Paris 7, 2003.

LUTZ, H. (Org.) *Migration and domestic work:* A European perspective on a global theme. Padstow: Ashgate, 2008.

MAGUID, A.; CACOPARDO, M. C. Migrantes limibotrofes y desigualdad de genero en el mercado laboral del area metropolitana de Buenos Aires. *Desarrollo Económico,* vol. 43, n. 170, jul./set, 2003.

MATOS, M. I. *Trama e poder.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

MENEZES, L. M. Imigração e Comércio: silêncios sobre as mulheres. In: SARGES, M. N. et. al. *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Belém: Pakatatu, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base estatística geral das autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros,* 2013.

MOROKVASIC, M.. "L'(in)visibilité continue". Cahiers du Genre, n. 51/2011, Paris, 2011, p. 25-47.

OLIVER, E. Promoting Women? Lessons Learned from a Study of Mobility and Fixed-Term Work in Early Career Researchers. In: HELEN, S. et. al. *Gender and Migration in 21st Century Europe.* Farnham: Ashgate, 2009.

PERES, R. G. Mulheres na Fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá- MS, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PRESTON, V.; D'ADDARIO, S. Recent Migrants in the Canadian Labour Market. Exploring the Impacts of Gender and Racialisation. In: MCKAY, Sonia. *Refugees, Recente Migrants and Employment:* Challeging Barriers and Exploring Pathways. New York/London: Routledge, 2009.

RAGO, M. *Os prazeres da Noite*: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930), 1991.

REZERA, D. N. Gênero e trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2012.

SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: Aragonés, A. M (Org.). *Mercado de Trabajo y migracíón internacional.* México: UNAM - Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.

____. "Vers une analyse alternative de la mondialisation: les circuits de survie et leurs acteurs". Cahiers du Genre, n. 40, 2006.

SILVA, Carlos F. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo, Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Silvana C. Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ROULLEAU-BERGER, L. *Migrer au féminin.* Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

VILLEN, P. "Qualificação da Imigração no Brasil: um novo capítulo das políticas migratórias?, *Ruris*, vol. 6, n. 1, 2012.

VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a ótica do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil,* vol. III, São Paulo: Boitempo, no prelo.

VILLEN, P. Polarização da demanda atual de trabalho imigrante no Brasil. Forum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH - Unicamp, Campinas, mar. 2014.